

Grupo HTB

HTB Participações Ltda.
CNPJ nº 06.203.899/0001-26



Nossas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS											
ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	17	4.496	222.163	171.221	Empréstimos bancários	14	-	-	-	5.000
Contas a receber	5	-	-	108.383	162.143	Fornecedores e subempreiteiros	15	1	-	50.033	50.875
Estoque	-	-	-	-	33	Adiantamento de clientes	16	-	-	230.821	81.726
Impostos a recuperar	6	6	6	12.819	8.249	Impostos e contribuições a recolher	17	-	-	7.303	16.512
Outros créditos	8	-	347	40.598	22.965	Obrigações trabalhistas e sociais	18	-	2	34.639	48.426
Dividendos a receber		14.369	7.989	-	-	Provisões gerais	19	-	-	57.106	70.160
Total do ativo circulante		14.392	12.838	383.964	364.611	Outras contas a pagar	20	45.465	350	2.498	27.469
Não circulante						Passivo de arrendamento	21	-	-	4.613	3.988
Depósitos judiciais	19	-	-	1.703	1.979	Obrigações com consórcios	22	-	-	1.535	2.239
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7a	-	-	53.989	60.101	Dividendos a pagar	22.a	22.000	-	23.040	-
Partes relacionadas LP	9	-	-	1.055	1.055	Total do passivo circulante		67.466	352	411.588	306.395
Impostos a recuperar	6	769	769	5.719	769	Não circulante					
Outras contas a receber	10	-	-	4.376	4.378	Impostos e contribuições a recolher LP	17	-	-	-	316
		769	769	66.842	68.282	Provisões gerais LP	19	-	-	14.080	14.214
Investimento em controladas	11	84.255	109.335	-	-	Passivo de arrendamento LP	21	-	-	5.047	9.202
Imobilizado líquido	12	-	-	12.896	17.892	Total do passivo não circulante				19.127	23.732
Intangível líquido	13	2.056	-	2.056	2.056	Patrimônio líquido					
Total do ativo não circulante		87.080	110.104	81.795	88.230	Capital social	23	27.655	27.655	27.655	27.655
Total do ativo		101.472	122.942	465.758	452.841	Reserva de lucros	-	6.351	94.935	6.351	94.935
						Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		34.006	122.590	34.006	122.590
						Participação de acionistas não controladores				1.036	124
						Total do patrimônio líquido		34.006	122.590	35.042	122.714
						Total do passivo e patrimônio líquido		101.472	122.942	465.758	452.841

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Atribuível aos acionistas controladores					Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros para expansão	Lucro do exercício	Total		
Saldos em 31 de dezembro 2023	27.655	-	-	136.898	164.553	1.734	166.287
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	47.570	47.570	(902)	46.668
Transferência para reserva de lucros para expansão	-	-	47.570	(47.570)	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	(89.533)	(89.533)	(708)	(90.241)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	27.655	-	-	94.935	122.590	124	122.714
Ajuste de avaliação patrimonial (perda investimento)	-	-	(1.748)	(1.748)	(1.748)	-	(1.748)
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	29.239	29.239	1.062	30.301
Transferência para reserva de lucros para expansão	-	-	29.239	(29.239)	-	-	-
Antecipação de dividendos	-	-	(22.000)	(22.000)	(149)	(149)	(22.149)
Distribuição de lucros	-	-	(94.076)	(94.076)	(94.076)	-	(94.076)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	27.655	-	-	6.351	34.006	1.036	35.042

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A HTB Participações Ltda. ("Empresa") é uma sociedade empresária limitada constituída em 12 de abril de 2004, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 145, Vila Cruzeiro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Empresa é controlada pelo Grupo Zech International Holding GmbH, grupo internacional com sede na Alemanha e atuação em diversos setores, incluindo engenharia, construção e investimentos. A Empresa tem por objeto social a participação, como acionista ou quotista, em outras sociedades no Brasil e no exterior, especialmente em empresas atuantes nos setores de construção civil e infraestrutura, bem como a realização e gestão de investimentos próprios. Nesse contexto, a Empresa atua preponderantemente como holding de participações, exercendo funções de gestão, acompanhamento e direcionamento estratégico de suas investidas, sem exercer, diretamente, atividades operacionais de construção, as quais são conduzidas por suas controladas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e, quando aplicável, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas também estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 13 de março de 2026. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando requerido de outra forma pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Os instrumentos financeiros são mensurados conforme sua classificação contábil, sendo substancialmente registrados ao custo amortizado e, quando aplicável, mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.2.1. Base de consolidação:** A Empresa apresenta demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, em comparação com o exercício de 2024, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e, quando aplicável, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da HTB Participações Ltda. e de suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

Entidades (Controladas)	País	Objeto social	Data-base das demonstrações financeiras	Participação (%)	2025	2024
HTB Engenharia e Construção S.A.	Brasil	Construtora	31.12.2025	Direta	100%	100%
HTB Construções Ltda.	Brasil	Construtora	31.12.2025	Direta	100%	100%
Construtora Tedesco Ltda.	Brasil	Construtora	31.12.2025	Direta	92%	92%

Uma controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é obtido pela Empresa e permanece sendo consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são preparadas para o mesmo período de reporte da controladora, utilizando práticas contábeis consistentes. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente os saldos, transações, receitas e despesas entre as empresas do grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados decorrentes de transações entre empresas relacionadas. Alterações na participação societária em controladas que não resultem na perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais entre acionistas e registradas diretamente no patrimônio líquido. O resultado do exercício e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e às participações de não controladores, ainda que tais participações resultem em saldo negativo. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. De acordo com esse método, os investimentos são reconhecidos inicialmente ao custo e subsequentemente ajustados pela participação da Empresa nas variações do patrimônio líquido das controladas após a data de aquisição. A participação da Empresa no resultado das controladas é reconhecida na demonstração do resultado. Adicionalmente, quando houver variações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das controladas, a Empresa reconhece sua participação nessas variações na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A Empresa avalia, ao final de cada exercício social, se há evidências objetivas de perda por redução ao valor recuperável dos investimentos em controladas. Caso identificada tal evidência, a perda é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil do investimento e seu valor recuperável estimado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Todos os valores estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração utilize julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, bem como as divulgações de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, e os valores de receitas e despesas reconhecidas durante o exercício. As estimativas e premissas são baseadas na experiência histórica da Administração e em outros fatores considerados razoáveis nas circunstâncias. Essas estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas, e tais diferenças são reconhecidas prospectivamente nos períodos em que as estimativas são revisadas.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

3.1. Receita de contratos de construções: Nas demonstrações financeiras consolidadas, as controladas operacionais do grupo reconhecem receita de contratos de construção à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, conforme a natureza dos contratos cele-

brados com os clientes, em conformidade com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Esses contratos representam, substancialmente, uma única obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo, e a receita é reconhecida à medida que o controle do ativo é transferido ao cliente, utilizando-se o método do percentual de conclusão (POC), com base nos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato (método de input). As variações contratuais são incluídas na receita quando é altamente provável que não ocorrerá reversão significativa dos valores reconhecidos. Quando os custos totais estimados excedem a receita contratada, a perda esperada é reconhecida imediatamente no resultado, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Os ativos de contrato representam receitas reconhecidas ainda não faturadas, enquanto os passivos de contrato correspondem a valores recebidos antecipadamente ou faturados antes da execução dos serviços. A aplicação do CPC 47 envolve julgamentos significativos, especialmente na estimativa dos custos totais dos contratos e na mensuração do progresso das obras. **3.2. Contratos firmados como Preço Máximo Garantido ("PMG") e Contratos por Empreitada:** Nos contratos firmados sob a modalidade de Preço Máximo Garantido ("PMG"), a Empresa assume a execução do projeto até um limite máximo de preço previamente estabelecido contratualmente, absorvendo eventuais excedentes de custo que ultrapassem esse limite, salvo quando decorrentes de alterações aprovadas pelo cliente. Nessas situações, as economias apuradas podem ser compartilhadas com o cliente, conforme condições contratuais específicas. Nos contratos por empreitada, a Empresa assume a obrigação de entregar a obra por preço previamente acordado, sendo responsável pelos riscos relacionados à execução e aos custos do projeto. A receita desses contratos é reconhecida ao longo do tempo, à medida que a obrigação de desempenho é satisfeita, com base no método da porcentagem de conclusão (Percentage of Completion - "POC"), o qual reflete o estágio de execução do projeto na data-base das demonstrações financeiras. O progresso é mensurado, substancialmente, com base na relação entre os custos incorridos e os custos totais estimados do contrato, por representar a melhor estimativa da transferência de controle dos serviços ao cliente. Os custos diretamente atribuíveis aos contratos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Quando os custos incorridos excedem a receita estimada total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente no resultado, nos termos da política de contratos onerosos. **3.3. Contratos em Regime de Administração:** Nos contratos em regime de administração, a Empresa é remunerada pelo reembolso dos custos incorridos na execução da obra, acrescidos de taxa de administração ou remuneração fixa contratualmente estabelecida. A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que a obrigação de desempenho é satisfeita, com base nos custos incorridos até a data-base das demonstrações financeiras, por refletirem adequadamente o progresso na prestação dos serviços. Quando a Empresa atua como agente na aquisição de materiais e na contratação de serviços de terceiros, a receita é reconhecida de forma líquida, limitada à remuneração contratual, uma vez que a Empresa não obtém o controle dos bens ou serviços antes de sua transferência ao cliente, nos termos do CPC 47 - Receita de contrato com cliente. **3.4. Contratos de Serviços de Gerenciamento:** Nos contratos de serviços de gerenciamento, a receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que a obrigação de desempenho é satisfeita, com base nas medições dos serviços executados na data-base das demonstrações financeiras. Quando o desfecho do contrato não pode ser estimado com confiabilidade, a receita é reconhecida até o limite dos custos incorridos cuja recuperação seja considerada provável. Se houver evidência de que os custos totais estimados excederão a contraprestação total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente no resultado, como provisão para contrato oneroso, nos termos da política aplicável. Os valores recebidos antecipadamente são registrados no passivo como adiantamentos de clientes. Os valores relativos a serviços executados e ainda não faturados ou recebidos são reconhecidos como ativos contratuais ou contas a receber, conforme aplicável. **3.5. Contas a receber de clientes e provisão para perdas esperadas de crédito:** As contas a receber decorrem, principalmente, de contratos de construção e estão registradas pelo valor de realização. Compreendem valores faturados e a faturar na data-base, reconhecidos conforme o progresso físico ou financeiro das obras, nos termos do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Quando aplicável, os saldos são ajustados a valor presente. A provisão para perdas esperadas de crédito é constituída conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, com base na análise do histórico de inadimplência, na avaliação individual de créditos relevantes e nas condições econômicas vigentes, refletindo as perdas estimadas ao longo da vida dos créditos. **3.6. Estoques:** Os estoques estão representados por imóveis a comercializar, registrados a custo histórico, que não excedem seu valor de realização. **3.7. Adiantamentos de clientes:** Os adiantamentos de clientes referem-se a valores recebidos antecipadamente no âmbito de contratos de construção firmados pela Empresa, para os quais a correspondente obrigação de desempenho ainda não foi integralmente satisfeita na data-base. Nos termos do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tais valores são classificados como passivos contratuais, representando a obrigação da Empresa de transferir bens ou serviços futuros aos clientes. A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que a obrigação de desempenho é cumprida, normalmente com base no progresso físico ou financeiro das obras, conforme previsto contratualmente. Os adiantamentos recebidos são apropriados à receita na proporção da execução dos contratos, podendo incluir valores referentes a mobilização inicial, sinal contratual, medições antecipadas ou cláusulas específicas de financiamento contratual. Os saldos estão classificados no passivo circulante, exceto quando a expectativa de realização da obrigação contratual ocorrer após 12 meses da data do balanço, hipótese em que são apresentados no passivo não circulante. **3.8. Investimentos:** Os investimentos em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido ao custo de aquisição e, subsequentemente, ajustado pela participação da Empresa nas variações do patrimônio líquido da investida, ocorridas após a data de aquisição. A participação da Empresa no resultado das investidas é reconhecida na demonstração do resultado, enquanto as variações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido das investidas são registradas na demonstração das mutações do patrimônio líquido da Empresa. Os dividendos recebidos das investidas são registrados como redução do valor contábil do investimento. A Empresa avalia, ao final de cada exercício, se há evidências de perda por redução ao valor recuperável dos investimentos, reconhecendo eventual perda quando o valor recuperável for inferior ao valor contábil. **3.9. Imobilizado líquido:** O imobilizado é reconhecido inicialmente ao custo de aquisição ou construção, conforme o CPC 27 - Ativo Imobilizado, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável (impairment), nos termos do CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e os custos necessários para colocá-lo em condições operacionais para o uso pretendido

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida de contratos de construções	24	-	-	1.088.490	1.500.165
Custos de contratos de construções	25	-	-	(966.199)	(1.329.930)
Lucro bruto				122.291	170.235
Despesas administrativas e gerais	26	(1)	(1)	(107.501)	(127.393)
Resultado de equivalência patrimonial	11	29.232	47.572	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	-	400	654
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		29.231	47.571	15.190	43.496
Receitas financeiras	27	8	-	34.060	23.167
Despesas financeiras	27	-	(1)	(7.210)	(2.697)
Resultado financeiro líquido	8	(1)	(1)	26.851	20.470
Lucro antes dos impostos		29.239	47.570	42.041	63.966
Imposto de renda e contribuição social - correntes	7b	-	-	(5.627)	(24.207)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	7b	-	-	(6.112)	6.909
Imposto de renda e contribuição social				(11.739)	(17.298)
Lucro líquido do exercício		29.239	47.570	30.301	46.668
Resultado atribuído aos:					
Sócio controlador	-	-	-	29.239	47.570
Sócios não controladores	-	-	-	1.062	(902)
Lucro líquido do exercício		29.239	47.570	30.301	46.668

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	29.239	47.570	30.301	46.668
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	29.239	47.570	30.301	46.668

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais e contribuição social	29.239	47.570	42.041	63.966
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	-	-	5.952	5.721
Equivalência patrimonial	(29.232)	(47.572)	-	-
Baixa/perda de ativo imobilizado	-	-	299	494
(Ganho) na venda de estoque de imóveis	-	-	(146)	-
AVP sobre arrendamento	-	-	888	(507)
Complemento de provisão para garantias	-	-	1.280	193
Complemento de provisão para contingências cíveis e trabalhistas	-	-	1.623	17.399
Complemento de custo a incorrer e contratos onerosos	-	-	35.483	26.902
Provisão perda por impairment	-	-	-	230
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	-	-	309	802
Provisão para perdas de créditos esperadas	-	-	(7.558)	16.892
Constituição de provisão participação no resultado	-	-	-	3.563
Variações em:				
Aumento (redução) nos ativos				
Contas a receber	-	-	61.318	(47.661)
Impostos a recuperar	-	-	(9.520)	(615)
Estoque Imóveis	-	-	179	-
Outros créditos	347	(347)	(17.631)	(22)
Outras contas a receber	-	-	-	(1.125)
Depósitos judiciais	-	-	277	1.041
(Redução) aumento nos passivos				
Fornecedores e subempreiteiros	1	-	(842)	21.000
Adiantamentos de clientes	-	-	149.094	(96.695)
Impostos e contribuições a recolher	-	(1)	(9.525)	(2.772)
Obrigações trabalhistas e sociais	(2)	2	(13.787)	17.006
Outras contas a pagar e obrigações consórcios	45.115	350	(25.675)	25.602
Provisões gerais	-	-	(51.573)	(39.991)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	45.467	2		

Grupo HTB

HTB Participações Ltda.
CNPJ nº 06.203.899/0001-26

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os efeitos efetuados com base na análise dos custos incorridos comparados à produção total das obras com período de garantia encerrado. Dessa forma, foram definidos percentuais para cada setor e segmento de atuação da Empresa, aplicados sobre a produção total das obras concluídas e em andamento, como estimativa de gastos com reparos e manutenções a incorrer.

3.14. Provisão para contratos onerosos: Um contrato é classificado como oneroso quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações contratuais excedem os benefícios econômicos esperados do contrato. Nesses casos, a Empresa reconhece imediatamente uma provisão correspondente à perda estimada, mensurada pelo menor valor entre o custo de cumprir o contrato e o custo de rescindi-lo, conforme estabelecido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Antes do reconhecimento da provisão, a Empresa avalia eventuais perdas por redução ao valor recuperável dos ativos relacionados ao contrato.

3.15. Consórcios: A Empresa participa de consórcios constituídos para a execução conjunta de contratos de construção, nos termos da legislação aplicável. De acordo com o CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, as participações são classificadas como operações em conjunto, uma vez que a Empresa possui direitos sobre os ativos e obrigações pelos passivos relacionados aos empreendimentos. Nessa condição, a Empresa reconhece, linha a linha, em suas demonstrações financeiras: > sua parcela nos ativos; > sua parcela nos passivos; > suas receitas; e > seus custos e despesas incorridos conjuntamente, na proporção de sua participação contratual em cada consórcio. A Administração avalia periodicamente a existência de obrigações adicionais ou riscos contingentes relacionados aos consórcios, reconhecendo provisões quando aplicável, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Empresa participa em dois consórcios: • Consórcio AEROGU, uma obra de implantação de transporte de passageiros em via elevada no Aeroporto de Guarulhos, conectando a estações da CPTM ao TPS 03, tendo como parceiras as Empresas FBS Construção Civil e Pavimentação S.A.; Aerom Sistemas de Transporte S.A.; TS Infraestrutura e Engenharia S.A.; com 25% de participação cada uma. • Consórcio PIATEC-HTB SUAPE - QUAY-BUILDING, composto por dois projetos, sendo 1) empreendimento - Projeto QUAY, compreende a construção da estrutura do cais e acessórios, e a dragagem do berço de atração; e 2) Projeto Buildings, compreende os projetos de construção e de remodelação/reconstrução de edifícios, com 40% e 60% de participação em cada projeto.

3.16. Benefícios a diretores e funcionários: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado: • Previdência privada: a Empresa não mantém planos de previdência privada aos seus empregados. • Participação nos resultados: a Empresa possui programa de participação nos resultados conforme acordo coletivo com o Sindicato dos trabalhadores da Construção Civil de São Paulo. • Outros benefícios: são concedidos aos funcionários, tais como: auxílio-médico, auxílio alimentação, seguro de vida em grupo, treinamentos entre outros.

3.17. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ganhos nas aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos e leasing, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.18. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e, 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considerado a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(i) Imposto corrente: O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) Imposto diferido: O imposto diferido é reconhecido decorrente de prejuízo fiscal, base negativa da Contribuição Social e com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: i) o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e ii) que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos ativos diferidos consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.19. Instrumentos financeiros: A Empresa reconhece seus ativos e passivos financeiros em conformidade com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, bem como atende aos requisitos de divulgação do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Os ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial como: (i) mensurados ao custo amortizado ou (ii) ao valor justo por meio do resultado (VJR), com base no modelo de negócios adotado e no teste SPPI (pagamentos exclusivamente de principal e juros). Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva, exceto quando classificados ao valor justo por meio do resultado. A Empresa reconhece provisão para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, adotando, para contas a receber de clientes, a abordagem simplificada, com reconhecimento de perda esperada para a vida inteira do instrumento, considerando histórico de inadimplência e informações prospectivas razoáveis e suportáveis. O valor justo é determinado conforme a hierarquia prevista no CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, sendo que, para instrumentos de curto prazo, o valor contábil é considerado uma aproximação razoável do valor justo. A gestão de riscos financeiros compreende os riscos de crédito, liquidez e mercado, sendo a exposição principal relacionada à variação do CDI sobre aplicações financeiras. A Empresa não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024 operações com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge.

3.20. Redução ao valor recuperável (impairment): A Empresa avalia, ao final de cada exercício, se há indícios de que ativos não financeiros possam estar registrados por valor superior ao seu valor recuperável, conforme o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O valor recuperável é determinado como o maior entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso, este último calculado com base em fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente. Quando o valor contábil excede o valor recuperável, é reconhecida perda por impairment no resultado do exercício. A redução ao valor recuperável de ativos financeiros é reconhecida conforme o modelo de perdas esperadas de crédito previsto no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, sendo adotada a abordagem simplificada para contas a receber de clientes. A determinação do valor recuperável envolve julgamentos relevantes da Administração, especialmente quanto às projeções de fluxos de caixa e às premissas utilizadas nas estimativas. Durante os exercícios de 2025 e 2024, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros.

3.21. Políticas contábeis ainda não adotadas: As seguintes normas e alterações foram emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e incorporadas ao arcabouço das IFRS/CPC, com vigência para períodos anuais iniciados após 31 de dezembro de 2025, e não foram adotadas antecipadamente pela Empresa. (i) **Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros - Vigência: exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026:** As alterações esclarecem aspectos relacionados à data de reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, incluindo exceções específicas para liquidação por sistemas eletrônicos de transferência de valores, bem como introduzem divulgações adicionais para instrumentos com características contratuais contingentes, inclusive cláusulas vinculadas a metas ESG. A Administração está avaliando os impactos potenciais dessas alterações, não sendo esperado, até o momento, efeito material nas demonstrações financeiras. (ii) **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - Vigência: exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027:** A IFRS 18 substituirá a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, introduzindo novos requisitos relacionados à estrutura da demonstração do resultado, à divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, aos princípios de agregação e desagregação de informações e a ajustes na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa. A norma não altera critérios de reconhecimento ou mensuração, mas poderá impactar a forma de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. A Administração encontra-se em fase preliminar de avaliação dos impactos decorrentes de sua adoção. **Avaliação geral:** Até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, a Administração avaliou que as alterações com vigência em 2026 não deverão produzir impactos materiais nos saldos reconhecidos. A IFRS 18 poderá gerar alterações relevantes na apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir de sua adoção. Nenhuma dessas normas foi adotada antecipadamente. No Brasil, a aplicação efetiva dependerá da homologação pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovação pelos órgãos reguladores competentes, quando aplicável.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação do CDI. Tais aplicações possuem liquidez imediata, são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor, sendo, portanto, classificadas como equivalentes de caixa.

	Consolidado	
	2025	2024
Faturas a receber	50.004	46.678
Retenções contratuais	7.508	11.014
Ativos de contratos		
Serviços executados a faturar	53.948	117.101
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(3.077)	(16.892)
Contratos de construção em andamento	-	4.242
Total	108.383	162.143

A composição dos saldos em aberto em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está apresentada conforme segue:

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	109.238	161.654
Vencido de 1 a 30 dias	2.046	840
Vencido de 31 a 60 dias	60	257
Vencido de 61 a 90 dias	116	18
Vencido acima de 91 dias	-	16.266
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(3.077)	(16.892)
Total	108.383	162.143

A Empresa avalia periodicamente a recuperabilidade de suas contas a receber e constitui provisão para perdas esperadas de crédito com base na análise individual e coletiva dos saldos, considerando histórico de inadimplência, situação financeira do cliente e informações prospectivas.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Crédito de INSS (b)	-	-	6.706	731
Antecipação do imposto de renda	769	769	5.071	2.703
Antecipação da contribuição social	-	-	447	176
Crédito de PIS e COFINS (a)	-	-	4.950	5.387
Outras	6	6	1.364	21
Total	775	775	18.539	9.018
Circulante	6	6	12.819	8.249
Não circulante	769	769	5.719	769

(a) Refere-se, substancialmente, a crédito tributário decorrente de ação judicial que reconheceu o direito da Empresa à restituição de tributos incidentes sobre receitas financeiras, relativos ao período compreendido entre julho de 2015 e abril de 2022. (b) Em decorrência de decisão judicial transitada em julgado, posteriormente homologada pela Receita Federal do Brasil, a Empresa reconheceu, no exercício corrente, crédito referente às contribuições previdenciárias indevidamente recolhidas sobre o adicional constitucional de 1/3 de férias. O montante reconhecido corresponde ao valor recuperável estimado, devidamente atualizado até a data-base das demonstrações financeiras, cuja realização ocorrerá mediante compensação com tributos federais vincendos, nos termos da legislação vigente. O reconhecimento contábil foi efetuado quando atendidos os critérios de probabilidade de realização e mensuração confiável, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis, refletindo adequadamente os efeitos da decisão judicial no resultado e no patrimônio líquido da Empresa.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos para refletir os efeitos fiscais atribuíveis às diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos nas demonstrações financeiras e suas respectivas bases fiscais. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização das diferenças temporárias dedutíveis e dos prejuízos fiscais acumulados. A composição dos ativos fiscais diferidos reconhecidos é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	2025	2024
Sobre diferenças temporárias		
Provisão para garantia	4.071	4.029
Provisão processos cíveis	9	68
Provisão processos trabalhistas	1.713	1576
Provisão para perda por redução ao valor recuperável de ativos	-	78
Provisão aviso prévio e Art.22	2.090	2.973
Provisão processos tributários	35	35
Provisão para custo a incorrer	18.374	21.428
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	1.046	5.742
Provisão para participação no resultado	4.922	1.211
Total sobre diferenças temporárias	32.260	37.140
(+) Prejuízos fiscais	21.729	22.961
Total	53.989	60.101

A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos com base em projeções de resultados tributáveis futuros e entende que existem evidências suficientes para suportar a realização desses créditos fiscais nos exercícios subsequentes.

b. Conciliação dos efeitos no resultado:

	Consolidado	
	2025	2024
Lucro antes dos impostos	42.035	63.966
I - Valor base IRPJ e CSLL	42.035	63.966
Alíquotas Nominais (15% IRPJ, 10% Adic., 9% CSLL)	(14.292)	(21.749)
II - Efeitos das adições e exclusões	8.713	(11.244)
III - IRPJ/CSLL Ajustado	(5.579)	(32.992)
IRPJ e CSLL ajustado (I+II)	(5.579)	(32.992)
IV - Deduções	2.631	8.785
IRPJ/CSLL sobre compensação de prejuízos	2.360	8.236
PAT/Licença Maternidade	223	518
Efeito adicional do IRPJ	48	22
Imposto de Renda Retido na Fonte	-	9
V - Composição IRPJ/CSLL Correntes	(5.627)	(24.207)
IRPJ/CSLL Correntes	(5.627)	(24.207)
VI - IRPJ e CSLL Diferidos	(6.112)	6.909
Efeitos do IRPJ e CSLL ao resultado (V + VI)	(11.739)	(17.298)

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes aplicáveis às operações da Empresa no Brasil, correspondentes a 25% para o imposto de renda (incluindo adicional de 10%) e 9% para a contribuição social, totalizando uma alíquota nominal combinada de 34%.

8. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-	17.856	13.548
Conta corrente com consórcios (b)	-	-	11.411	-
Outras contas a receber(c)	-	-	7.857	3.092
Despesas antecipadas	-	-	960	1.114
Valores a reembolsar	-	-	-	1.911
Créditos com empregados	-	-	473	629
Seguros a apropriar	-	-	1.471	1.886
Contrato de aluguel	-	-	570	785
Total	-	347	40.598	22.965

(a) Os recursos antecipados foram destinados à cobertura de despesas iniciais necessárias à implantação e mobilização do projeto, incluindo aquisição de equipamentos e materiais, instalação de infraestrutura provisória, contratação de mão de obra especializada e demais serviços de suporte ao canteiro de obras. Os valores têm origem em adiantamento financeiro efetuado pelo cliente, nos termos do contrato, sendo posteriormente aplicados no custeio das referidas despesas e repassados aos respectivos fornecedores conforme a evolução do projeto. (b) Os saldos de conta corrente dos consórcios estão representados pelo direito de recebimento com base nos lucros acumulados dos consórcios que serão distribuídos no encerramento. (c) O recebimento desse montante está vinculado ao desfecho do processo de arbitragem. Até a conclusão do procedimento arbitral, o valor permanece classificado no ativo circulante, com base na expectativa da Administração de realização financeira no exercício de 2026, permanecendo, contudo, sujeito à decisão final da arbitragem.

9. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Transações efetuadas com partes relacionadas				
Empréstimo concedido - Sapotec Sul Soluções Ambientais	1.055	1.055	1.055	1.055
Total	1.055	1.055	1.055	1.055

O saldo refere-se a empréstimo na modalidade de mútuo, formalizado por meio de contrato firmado entre as partes, concedido pela HTB Engenharia e Construção S.A., empresa integrante do grupo econômico, à Sapotec Sul Soluções Ambientais Ltda. O mútuo possui vencimento contratual definido e é remunerado por encargos financeiros pactuados entre

as partes, não havendo garantias reais associadas. A Administração entende que as condições estabelecidas são compatíveis com aquelas praticadas em operações realizadas entre partes independentes, em conformidade com o disposto no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Ressalta-se que a Sapotec Sul Soluções Ambientais Ltda. mantinha relação societária com a Zech do Brasil, cuja estrutura societária foi posteriormente incorporada pela controlada Construtora Tedesco Ltda., permanecendo o mútuo registrado como operação entre partes relacionadas.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2025	2024
Venda participação Consórcio Aeroгру (a)	3.252	3.252
Outras contas a receber (b)	1.124	1.126
Total	4.376	4.378

(a) Refere-se à alienação da totalidade da participação de 25% anteriormente detida pela Empresa no Consórcio Aeroгру, ocorrida após a conclusão da primeira fase do projeto, conforme previsto contratualmente. O preço da operação está sujeito à atualização monetária mensal com base no IPCA, desde a data de assinatura do contrato até a conclusão formal da referida fase. Entretanto, a atualização monetária não foi integralmente reconhecida nas demonstrações financeiras, em razão de pendências contratuais relacionadas à apuração definitiva dos valores devidos. O reconhecimento de eventual receita adicional ou atualização monetária está condicionado à definição final e à mensuração confiável do montante a ser recebido, em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis. (b) O saldo registrado corresponde à ação indenizatória movida pela empresa, em decorrência de alegado descumprimento contratual que ocasionou atrasos e prejuízos na execução da obra. Conforme atualização ocorrida em 2022, foi proferida decisão favorável à parte autora, reforçando a avaliação de alta probabilidade de êxito e a existência de risco de perda. Com base na expectativa da Administração, o assunto deverá ser resolvido no exercício de 2026, permanecendo o efetivo recebimento do valor indenizatório condicionado à conclusão do processo.

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

As principais informações dos investimentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir:

	Ativo	Passivo	PL	Resultado	% de Part.	Equivalência Patrimonial	Saldo investimento
HTB Engenharia e Construção S.A.	326.048	266.834	59.214	10.142	100	10.142	59.214
HTB Construções Ltda.	146.607	133.479	13.128	6.867	100	6.867	13.128
Construtora Tedesco Ltda.	44.506	31.558	12.948	13.286	92	12.223	11.913
Total	517.161	431.871	85.290	30.295	-	29.232	84.255

O saldo de investimentos é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2025, parte da diferença entre o valor contábil do investimento e a participação da Empresa no patrimônio líquido da investida decorre do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), no montante de R\$ 2.056, apresentado na Nota 13. Dessa forma, a leitura do saldo do investimento deve ser efetuada em conjunto com a referida nota. **Eventos societários:** Em 31 de janeiro de 2025, a controlada Construtora Tedesco Ltda. aprovou a incorporação da sociedade Tedesco Engenharia Ltda., com data-base contábil em 31 de dezembro de 2024, com o objetivo de simplificação da estrutura societária do grupo. Por tratar-se de operação entre entidades sob controle comum, os ativos e passivos da empresa incorporada foram reconhecidos pelos respectivos valores contábeis históricos, sem reconhecimento de ágio, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A referida operação não resultou em impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa. A movimentação dos investimentos em controladas em 2025, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Controlada	2024	Aumento de capital	AFAC	Equivalência Patrimonial	Resultado oriundo da Incorporação	2025
HTB Engenharia e Construção S.A.	75.449	(26.377)	-	10.142	-	59.214
Construtora Tedesco Ltda.	1.425	(16.138)	-	12.223	14.403	11.913
HTB Construções Ltda.	14.749	(8.490)	-	6.867	-	13.128
Tedesco Engenharia e Construção Ltda	15.655	-	-	-	(15.655)	-
Saldo em 31 de dezembro	107.278	(51.005)	29.232	1.252	84.255	-

Controlada	2023	Aumento de capital	AFAC	Equivalência Patrimonial	Resultado oriundo da Incorporação	2024
HTB Engenharia e Construção S.A.	109.555	(16.843)	-	(50.902)	33.639	75.449
Construtora Tedesco Ltda.	19.946	-	-	(8.143)	(10.378)	1.425
HTB Construções Ltda.	23.736	-	-	(17.133)	8.489	15.092
Tedesco Engenharia e Construção Ltda	9.864	(3.219)	(1.260)	(3.838)	15.822	17.369
Saldo em 31 de dezembro	163.101	(20.062)	(1.260)	(80.016)	47.572	109.335

12. IMOBILIZADO LÍQUIDO

a. Imobilizado líquido:

	Tx. Anual de Depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Consolidado	
				Valor líquido 2025	Valor líquido 2024
Terenos	-	20	-	20	20
Edifícios	4	7.039	(6.194)	845	1.392
Máquinas e equipamentos	10	49	(44)	5	8
Móveis e utensílios	10	1.923	(1.475)	448	370
Veículos	20	320	(147)	173	176
Equipamentos de informática	20	5.273	(3.432)	1.841	2.032
Arrendamentos direito de uso	25	28.993	(19.742)	9.251	13.581
Outras imobilizações	-	313	-	313	313
Total		43.930	(31.034)	12.896	17.892

b. Movimentação do imobilizado: A movimentação do imobilizado ao longo do exercício de 2025 encontra-se demonstrada a seguir:

Custo	2024	Adições	Baixas	2025
Terenos	20			

Grupo HTB

HTB Participações Ltda.
CNPJ nº 06.203.899/0001-26

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13. INTANGÍVEL

	Consolidado			
	2025		2024	
% Tx. Anual de Amortização	Amortização Custo	Valor Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Ágio sobre investimento	2.056	-	2.056	2.056
Total	2.056	-	2.056	2.056

O saldo de ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") refere-se, substancialmente, às aquisições da PW Construções (R\$ 1.715) e da HTB Construções (R\$ 341), totalizando R\$ 2.056 em 31 de dezembro de 2025. Em decorrência de reorganizações societárias realizadas no âmbito do grupo, inclusive entre entidades sob controle comum, os ativos e passivos das sociedades reorganizadas foram mantidos por seus valores contábeis históricos. Essas transações não alteraram a substância econômica dos negócios que deram origem ao goodwill originalmente reconhecido, razão pela qual seu saldo foi mantido. O goodwill permanece alocado às respectivas unidades geradoras de caixa e é submetido, no mínimo anualmente, ao teste de recuperabilidade, nos termos do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Na data-base, a Administração concluiu que não há necessidade de reconhecimento de perda por impairment.

14. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

A Empresa contratou empréstimos junto a instituições financeiras no montante de R\$ 5.000, com vencimentos no exercício de 2025, na modalidade de capital de giro e conta garantida.

Instituição financeira	Modalidade	Vencimento	Juros	2025	2024
Banco ABC	Capital de giro	28/05/2025	Tx 5,02% + CDI	-	3.250
Banco ABC	Capital de giro	18/06/2025	Tx 5,02% + CDI	-	1.750
Saldo				5.000	5.000

O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2024 refere-se a empréstimo contraído pelo Consórcio Aerogrú, no qual a Empresa detém 25% de participação. Nos termos do CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto, a Empresa reconhece, em suas demonstrações financeiras, sua participação proporcional nos ativos, passivos, receitas e despesas do consórcio. Em 31 de dezembro de 2025, o referido empréstimo encontrava-se integralmente liquidado, não havendo saldo em aberto (R\$ 5.000 em 31 de dezembro de 2024). Os contratos de financiamento não continham cláusulas restritivas financeiras ("covenants") relacionadas a índices econômico-financeiros. A Empresa manteve-se adimplente com todas as obrigações contratuais até a data da liquidação, não tendo ocorrido descumprimento contratual ou vencimento antecipado. A Administração monitora continuamente sua posição de liquidez e estrutura de capital, mantendo níveis de caixa compatíveis com suas obrigações financeiras.

Movimentação dos saldos

No início do exercício **5.000** **3.250**

Novos contratos de empréstimos **-** **1.750**

Juros e encargos provisionados **309** **802**

Pagamentos efetuados

Principal **(5.000)** **-**

Juros pagos **(309)** **(802)**

Total **-** **5.000**

15. FORNECEDORES E SUBEMPREENHEIROS

Fornecedores e subempreiteiros **41.195** **41.685**

Retenções Contratuais e Sociais **9.138** **9.190**

Total **50.333** **50.875**

16. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Aena - Aeroporto Congonhas **196.998** **-**

Bloco 12 - HMV **-** **28.576**

Concessionária do Aeroporto de Guarulhos **-** **2.470**

Bento - Fundação Renova **-** **7.293**

Consórcio Piatec HTB- Suape Quays-Building **3.017** **25.071**

Raizen - E2G Vale do Rosário **-** **8.821**

CEA - UTE Manaus I **-** **9.495**

LDS- Templo Teresina **30.245** **-**

Consórcio Aerogrú - Concessionária do Aeroporto de Guarulhos **561** **-**

Total **230.821** **81.726**

Adiantamento decorrente da aplicação do POC **114.317** **39.558**

Adiantamento financeiro para execução de obras **116.504** **42.168**

O saldo de adiantamentos de clientes, no montante de R\$ 230.821 em 31 de dezembro de 2025, deverá ser substancialmente realizado ao longo do exercício de 2026, conforme a evolução da execução contratual, motivo pelo qual a Administração entende como adequada sua classificação no passivo circulante. Os valores registrados em adiantamento de clientes representam contraprestações recebidas antecipadamente no âmbito de contratos de construção, classificadas como passivos contratuais, nos termos do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Os adiantamentos decorrentes da aplicação do método da porcentagem de conclusão (POC) referem-se a valores faturados ou recebidos antecipadamente em relação ao estágio físico de execução das obras, sendo apropriados à receita à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas. Os adiantamentos financeiros para execução e início de obras correspondem, substancialmente, a valores recebidos para mobilização e aquisição de insumos iniciais dos contratos, sendo apropriados ao resultado conforme a execução contratual. O aumento relevante observado em 2025 decorre, principalmente, do início do contrato firmado com a Aena - Aeroporto de Congonhas, cujo cronograma financeiro prevê desembolsos antecipados em relação ao avanço físico da obra. A Administração estima que parcela substancial desses valores será apropriada à receita ao longo do exercício de 2026, conforme evolução dos respectivos contratos.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

IRRF s/ folha de pagamento **3.161** **3.159**

COFINS a recolher **1.098** **3.720**

PIS a recolher **238** **806**

Contribuição previdenciária a recolher **564** **333**

IRRF s/ terceiros a recolher **137** **45**

INSS terceiros a recolher **299** **567**

ISS s/ serviços terceiros a recolher **196** **262**

ISS s/ faturamento **1.127** **179**

PIS, COFINS, CSLL s/ terceiros a recolher **419** **65**

Provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ **-** **5.091**

Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL **-** **2.250**

Outros **64** **351**

Total **7.303** **16.828**

Circulante **7.303** **16.512**

Não circulante **-** **316**

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Provisão de férias **-** **11.054** **13.918**

Provisão de aviso prévio e Art. 22 **-** **6.146** **8.776**

Encargos sociais a recolher **-** **2.962** **3.265**

Participação nos lucros **-** **14.477** **22.467**

Outros **-** **2** **-**

Total **-** **2** **34.639** **48.426**

19. PROVISÕES GERAIS

Com base na análise individual dos processos trabalhistas, cíveis e tributários, bem como na avaliação das obrigações decorrentes de garantias contratuais, contratos classificados como onerosos e estimativas de custos a incorrer relacionados a obrigações já assumidas, e considerando a opinião de seus consultores jurídicos e engenheiros quanto ao estágio e ao risco associado às respectivas demandas, a Administração constituiu provisões para fazer frente às perdas e aos desembolsos estimados considerados prováveis.

	Consolidado			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro 2024	11.850	67.587	4.937	84.374
Adições no exercício	1.474	124.634	2.535	128.643
Provisões utilizadas no exercício	(1.157)	(49.026)	(1.391)	(51.574)
Reversões do exercício	(194)	(89.151)	(912)	(90.257)
Saldos em 31 de dezembro 2025	11.973	54.044	5.169	71.186
Circulante	3.062	54.044	-	57.106
Não circulante	8.911	-	5.169	14.080
Provisão para onerosos/Custos e garantias a incorrer	11.850	67.587	4.937	84.374
Saldos em 31 de dezembro 2023	11.752	51.733	16.386	79.871
Adições no exercício	295	114.289	17.509	132.093
Provisões utilizadas no exercício	(95)	(11.048)	(28.848)	(39.991)
Reversões do exercício	(102)	(87.387)	(110)	(87.599)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.850	67.587	4.937	84.374
Circulante	2.573	67.587	-	70.160
Não circulante	9.277	-	4.937	14.214

Adicionalmente, a Empresa é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária, cujo montante envolvido totaliza aproximadamente R\$ 18.219 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 15.208 em 31 de dezembro de 2024). Com base na avaliação da Administração, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda desses processos foi classificada como possível, razão pela qual não houve reconhecimento de provisão, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Processos judiciais a pagar (b)	-	-	225	26.893
Contas a pagar diversas (a)	45.465	350	2.273	576
Total	45.465	350	2.498	27.469

(a) Refere-se, substancialmente, a saldo a pagar à controlada HTB Engenharia e Construção S.A., no montante de R\$ 45.465 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 350 em 31 de dezembro de 2024), decorrente de movimentações financeiras intercompany realizadas no curso normal da gestão financeira do grupo. O saldo está classificado no passivo circulante em razão da expectativa de liquidação, compensação ou realização no curto prazo. (b) O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2024 como processos judiciais a pagar refere-se substancialmente a obrigações decorrentes de processos judiciais cuja perda foi reconhecida no exercício anterior, após decisão definitiva ou formalização de acordo entre as partes. Em razão da definição final do montante devido, tais valores deixaram de atender ao conceito de provisão, passando a representar obrigação certa e exigível, classificadas em contas a pagar. No exercício de 2025, tais obrigações foram substancialmente liquidadas, não havendo saldo remanescente na data-base.

21. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Taxa média de juros efetiva (a.a)		2025		2024	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Arrendamento a pagar	9,91%	-	13.190	4.566	-	-
Pagamentos realizados	-	-	(5.179)	(5.073)	-	-
AVP	-	-	888	507	-	-
Remensuração contratual	-	-	761	13.190	-	-
Total			9.660	13.190	4.613	3.988
Circulante			9.660	13.190	4.613	3.988
Não circulante			-	-	-	0.000

A seguir apresentamos a composição do endividamento por vencimento:

Arrendamento a pagar **4.613** **5.047** **9.660**

Os passivos de arrendamento referem-se substancialmente a contratos de locação de imóveis utilizados como escritórios administrativos e instalações operacionais, bem como equipamentos empregados nas atividades da Empresa. Os contratos possuem prazos remanescentes entre 1 e 2 anos e não contêm cláusulas de restrição financeira (covenants) ou garantias adicionais relevantes. A taxa média de desconto aplicada corresponde à taxa incremental de financiamento da Empresa na data de início ou remensuração dos contratos, refletindo as condições de mercado e o prazo estimado das operações. As remensurações contratuais registradas referem-se, substancialmente, à revisão de prazos contratuais e atualização de valores indexados, conforme previsto nos respectivos contratos.

22. OBRIGAÇÕES COM CONSÓRCIOS

Adiantamentos HTBM/Sul Energia **1.535** **2.239**

Total **1.535** **2.239**

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. **Capital social:** O capital social, no montante de R\$ 27.655 em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é composto de 27.655.271 quotas:

Quantidade de quotas **% de participação**

Zech International Holding GmbH **25.166.297** **91%**

Detlef Dralle **1.244.487** **4,5%**

Jorg Johannes Wiemeyer **1.244.487** **4,5%**

Total **27.655.271** **100%**

b. **Dividendos:** Em Assembleia realizada, os sócios quotistas aprovaram a distribuição antecipada de lucro líquido apurado em 30 de novembro de 2025, no montante total de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais).

24. RECEITA LÍQUIDA DE CONTRATOS DE CONSTRUÇÕES

Receita bruta **1.144.922** **1.555.193**

Impostos sobre serviços prestados **(56.432)** **(55.028)**

Total **1.088.490** **1.500.165**

25. CUSTOS DE CONTRATOS DE CONSTRUÇÕES

Pessoal **(217.071)** **(229.803)**

Prestadores de serviços **(462.586)** **(844.406)**

Provisões gerais **(47.252)** **(58.948)**

Materiais **(79.135)** **(97.979)**

Custos com serviços compartilhados **(39.295)** **(57.659)**

Equipamentos **(74.558)** **(30.955)**

Gastos com viagens **(27.380)** **(34.429)**

Provisão para perda **(260)** **(6.257)**

Transportes **(12.541)** **(1.177)**

Aluguel de imóveis **(1.112)** **(1.904)**

Outros **(2.641)** **(5.031)**

Seguros **(2.368)** **(1.382)**

Total **(966.199)** **(1.329.930)**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos: Cotistas e Administradores da HTB Participações Ltda. São Paulo - SP.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da HTB Participações Ltda. ("Empresa"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da HTB Participações Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Incorporação societária:** Conforme descrito na nota explicativa nº 11 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 a Administração aprovou a incorporação da Tedesco Engenharia e Construção Ltda. pela Construtora Tedesco Ltda., operação efetivada em 31 de janeiro de 2025 e registrada na Junta Comercial em 24 de fevereiro de 2025. Em decorrência dessa incorporação, a sociedade incorporada foi extinta, com a transferência integral de seus ativos, passivos, direitos e obrigações à incorporadora. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a audi-

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal	-	-	(81.908)	(75.075)
Prestadores de serviços	-	-	(12.731)	(30.575)
Provisão para perda esperada de crédito	-	-	-	(10.950)
Outros	(1)	(1)	(2.928)	(909)
Depreciações e amortizações	-	-	(6.090)	(6.562)
Viagens	-	-	(2.479)	(2.643)
Telefone	-	-	-	(181)
Seguros	-	-	(185)	(191)
Locação de imóveis	-	-	(57)	(307)
Transportes	-	-	(1.123)	-
Total	(1)	(1)	(107.501)	(127.393)

27. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas Financeiras	8	-	28.210	21.262
Rendimento com aplicações financeiras	-	-	2.185	1.217
Juros recebidos	-	-	3.634	284
Varição monetária ativa	-	-	10	17
Outras	-	-		